

"Nosso governo não depende tanto de virtudes, porque as bases estão aí."

Arminio Fraga, presidente do Banco Central, ao comentar uma troca de governo em 2002, e os obstáculos desta ao crescimento da produtividade no Brasil.

## Miséria municipal: monitoramento e metas



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

No momento que o Congresso oficializa o fundo de erradicação da pobreza, é oportuna a avaliação do custo mínimo da empreitada. O fundo foi criado a nível nacional, uma vez que o combate à pobreza não pode ser levado à frente pelos municípios mais pobres isoladamente. É sintomático que as melhores práticas sociais brasileiras são concebidas e paridas em municípios ricos. Cabe ao fundo financiar a gestação das boas práticas nos bolsões de pobreza. A adoção do Bolsa-escola no âmbito do projeto Alvorada talvez represente o melhor exemplo desta estratégia.

Como já insisti nesse espaço, defendemos a adoção de metas sociais. Os governos se comprometeriam com a trajetória futura de indicadores sociais palpáveis da mesma forma que o governo federal o faz

em relação às metas inflacionárias. O PT parece ter incorporado as metas inflacionárias no seu programa mas nenhum partido se convenceu ainda das metas sociais. O Centro de Políticas Sociais da FGV, visando subsidiar a fixação dessas metas, vem monitorando as condições de vida da população com informações espacialmente desagregadas. O programa RJ-TV reedita esta semana uma série de seis episódios realizada a um ano atrás com base nesses números. A lógica persuasiva dessa parceria é a do popular ditado: uma imagem vale mais do que mil palavras (ou números).

Começamos pela determinação do custo de erradicação da indigência. Isto é, quanto de renda adicional cada um deveria receber para garantir o consumo de necessidades calóricas mínimas fixadas pela OMS, cujo custo de mercado é hoje cerca de 80 reais mês/pessoa. Assumese: i) identificação perfeita dos indigentes e de suas respectivas insuficiências de renda; ii) não há desperdício; iii) custo operacional nulo. Calculamos assim o custo do programa perfeito de erradicação da indigência capaz de içar os miseráveis até o piso de suas necessidades alimenta-

res, e nem um centavo a mais. O maior desafio é que somente os miseráveis aboquem recursos do programa.

Este exercício não deve ser lido como uma defesa de políticas compensatórias mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. Voltamos a tocar Titãs: "não queremos só comida", o exercício demonstra os parcos recursos requeridos para se decretar o fim da fome fluminense.

Em termos metodológicos, a nossa inovação básica foi processar conjuntamente quatro Pnad-IBGE consecutivas, de 1996 a 1999, a fim de aumentar a densidade amostral das estimativas. Buscamos atualizar as estimativas censitárias datadas de 1991 a nível dos municípios auto-representativos. Não devemos desprezar as transformações sociais ocorridas ao longo da década de 90, em particular àquelas relativas a composição espacial da miséria. O estado do Rio se destaca pela predominância de habitantes metropolitanos na sua população, magnificando a importância relativa dos municípios auto-representativos cobertos em nossa metodologia: cerca de 89,1% da população do estado.

O município do Rio está entre aqueles com menor proporção de indigentes no estado: 10,8% (contra 14,7% no estado e 29,3% no país). Este percentual equivale a 629 mil pessoas — mais que a população inteira de Niterói, onde a taxa de indigência é de 10,9% e a renda é a mais alta do estado: 644 reais por pessoa. O custo mínimo da erradicação da pobreza na

**O fim da fome fluminense custaria cerca de 776 milhões anuais ou 4.6% do orçamento social consolidado do estado**

cidade maravilhosa seria 4,12 reais mês por carioca, o que corresponde a cerca de 289 milhões de reais por ano ou cerca de 0,8% da renda local, segundo a Pnad-IBGE. Dos municípios com mais de 100 mil habitantes Macaé, Volta Redonda e Nilópolis se apresentam com a melhor situação, com menos de 8 indigentes em cada cem habitantes. Destes municípios maiores, Itaboraí é o município mais po-

bre com 29,2% de indigentes. O leitor é convidado a fazer inferências semelhantes para outros municípios fluminenses: basta escrever para cps@fgv.br.

O custo agregado para erradicação da indigência no estado corresponde a 776 milhões anuais. O estado gastava na área social em 1995 aproximadamente cerca de 26,8% do PIB, aí incluindo recursos originados nas três esferas de governo. Dessa forma, o programa perfeito de erradicação da indigência custaria cerca de 4,6% desse orçamento.

Em termos temporais, o crescimento da renda entre 1996 e 1999 em cada município-região fluminense é superior àquele observado no universo nacional (-1,37% a.a.), embora o mesmo não se verificasse na retomada de 2000. Observamos também um processo de convergência da renda, onde o desempenho das áreas mais pobres foi superior ao das demais.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br